



CÓD: OP-034FV-22  
7908403518159

# TJ-RS

TJ-RS – TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

## 500 Questões Gabaritadas

**CADERNO DE QUESTÕES**



**Apostilas Opção, a Opção certa para a sua realização.**

## LÍNGUA PORTUGUESA

**1. IBADE - Recenseador (IBGE)/2020/»Teste de Homologação de Equipamentos e Sistemas»  
Texto 2**

**Planeta Água**

Água que nasce na fonte serena do mundo  
E que abre um profundo grotão  
Água que faz inocente riacho e deságua na corrente do ribeirão  
Águas escuras dos rios que levam a fertilidade ao sertão  
Águas que banham aldeias e matam a sede da população  
Águas que caem das pedras no véu das cascatas, ronco de trovão  
E depois dormem tranquilas no leito dos lagos, no leito dos lagos

Água dos igarapés, onde lara, a mãe d'água é misteriosa canção  
Água que o sol evapora, pro céu vai embora, virar nuvem de algodão  
Gotas de água da chuva, alegre arco-íris sobre a plantação  
Gotas de água da chuva, tão tristes, são lágrimas na inundação  
Águas que movem moinhos são as mesmas águas que encharcam o chão  
E sempre voltam humildes pro fundo da terra, pro fundo da terra

Terra, planeta água, Terra, planeta água, Terra, planeta água

Água que nasce na fonte serena do mundo  
E que abre um profundo grotão  
Água que faz inocente riacho e deságua na corrente do ribeirão  
Águas escuras dos rios que levam a fertilidade ao sertão  
Águas que banham aldeias e matam a sede da população  
Águas que movem moinhos são as mesmas águas que encharcam o chão  
E sempre voltam humildes pro fundo da terra, pro fundo da terra  
Terra, planeta água, Terra, planeta água, Terra, planeta água

Terra, planeta água, Terra, planeta água, Terra, planeta água.

Guilherme Arantes  
(Fonte: <https://www.lettras.mus.br/guilherme-arantes/46315/>, acesso em janeiro de 2020.)

Destaca-se no fragmento: “Água que faz inocente **riacho** e deságua na corrente do ribeirão” um vocábulo grafado devidamente com “ch”, o que também se verifica na alternativa:

- (A) frouxo, queixa, enxugar.
- (B) enxoval, enxame, enxada.
- (C) enchente, chapéu, chiqueiro.
- (D) chingar, xampu, xará.
- (E) enxergar, engrachar, eixo.

**2. IBADE - Professor (Pref Linhares)/Educação Básica I/2020 (e mais 7 concursos)  
O casamento da Lua**

O que me contaram não foi nada disso. A mim, contaram-me o seguinte: que um grupo de bons e velhos sábios, de mãos enferrujadas, rostos cheios de rugas e pequenos olhos sorridentes, começaram a reunir-se todas as noites para olhar a Lua, pois andavam dizendo que nos últimos cinco séculos sua palidez tinha aumentado consideravelmente. E de tanto olharem através de seus telescópios, os bons e velhos sábios foram assumindo um ar preocupado e seus olhos já não sorriam mais; puseram-se, antes, melancólicos. E contaram-me ainda que não era incomum vê-los, peripatéticos, a conversar em voz baixa enquanto balançavam gravemente a cabeça.

E que os bons e velhos sábios haviam constatado que a Lua estava não só muito pálida, como envolta num permanente halo de tristeza. E que mirava o Mundo com olhos de um tal langor e dava tão fundos suspiros – ela que por milênios mantivera a mais virginal reserva – que não havia como duvidar: a Lua estava pura e simplesmente apaixonada. Sua crescente palidez, aliada a uma minguante serenidade e compostura no seu noturno nicho, induzia uma só conclusão: tratava-se de uma Lua nova, de uma Lua cheia de amor, de uma Lua que precisava dar. E a Lua queria dar-se justamente àquele de quem era a única escrava e que, com desdenhosa gravidade, mantinha-a confinada em seu espaço próprio, usufruindo apenas de sua luz e dando azo a que ela fosse motivo constante de poemas e canções de seus menestréis, e até mesmo de ditos e graças de seus bufões, para distraí-lo em suas periódicas hipocôndrias de madurez.

Pois não é que ao descobrirem que era o Mundo a causa do sofrimento da Lua, puseram-se os bons e velhos sábios a dar gritos de júbilo e a esfregar as mãos, piscando-se os olhos e dizendo-se chistes que, com toda franqueza, não ficam nada bem em homens de saber... Mas o que se há de fazer? Frequentemente, a velhice, mesmo sábia, não tem nenhuma noção do ridículo nos momentos de alegria, podendo mesmo chegar a dançar rodas e sarabandas, numa curiosa volta à infância. Por isso perdoemos aos bons e velhos sábios, que se assim faziam é porque tinham descoberto os males da Lua, que eram males de amor. E males de amor curam-se com o próprio amor – eis o axioma científico a que chegaram os eruditos anciãos, e que escreveram no final de um longo pergaminho crivado de números e equações, no qual fora estudado o problema da crescente palidez da Lua.

(MORAES, Vinícius de. *Para viver um grande amor: crônicas e poemas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 52-53, excerto.)

O substantivo sublinhado em “eis o axioma científico a que chegaram os eruditos anciãos” está corretamente flexionado na forma do plural, segundo a norma culta da língua. Sabe-se, todavia, que os nomes terminados no singular em “-ão” constituem um problema de flexão para o plural porque são três terminações possíveis: “-ãos”, “-ães” e “-ões”. Dos nomes relacionados nas opções abaixo, fazem o plural com a mesma terminação os que estão relacionados em:

- (A) facção / órgão.
- (B) pagão / tabelião.
- (C) catalão / escrivão.
- (D) paredão / alemão.
- (E) cidadão / sabichão.

### 3. IBADE - Condutor de Veículos (Pref Linhares)/2020

O último poema

Assim eu queria o meu  
último poema.  
Que fosse terno dizendo as  
coisas mais simples e menos  
intencionais  
Que fosse ardente como um  
soluço sem lágrimas  
Que tivesse a beleza das flores  
quase sem perfume  
A pureza da chama em que se  
consumem os diamantes mais  
límpidos  
A paixão dos suicidas que se  
matam sem explicação.

Manuel Bandeira

Assinale a alternativa em que a palavra **POR QUE** deve vir separada.

- (A) Permaneceu triste porque não passou no vestibular.
- (B) Não compareci ao evento porque estava doente.
- (C) Eu soube porque viraste as costas para ela.
- (D) Não conseguimos compreender o porquê daquilo.
- (E) Nestas situações não se deve discutir, porque é pior.

### 4. IBADE - Analista (Pref Vila Velha)/Ambiental/2020 (e mais 21 concursos)

Observe as frases a seguir e identifique aquela que se adequa corretamente à norma culta.

- (A) A cerca de três anos, Marinho e os outros chegaram à cidade.
- (B) Desde o ocorrido, já há alguns meses, ela não quis mais falar com sua irmã, tão pouco vê-la junto de seu marido.
- (C) O acidente ocorreu há cerca de dois quilômetros daqui, anos atrás.
- (D) A apresentação à cerca do tema não satisfaz os critérios do professor, à despeito do que os alunos pensavam.
- (E) Falou-se muito a respeito disso naquele dia, mas há pouco o que possamos fazer quanto a isso agora.

### 5. IBADE - Recenseador (IBGE)/2020/»Teste de Homologação de Equipamentos e Sistemas»

Texto 2

#### Planeta Água

Água que nasce na fonte serena do mundo  
E que abre um profundo grotão  
Água que faz inocente riacho e deságua na corrente do ribeirão  
Águas escuras dos rios que levam a fertilidade ao sertão  
Águas que banham aldeias e matam a sede da população  
Águas que caem das pedras no véu das cascatas, ronco de trovão  
E depois dormem tranquilas no leito dos lagos, no leito dos lagos

Água dos igarapés, onde lara, a mãe d'água é misteriosa canção

Água que o sol evapora, pro céu vai embora, virar nuvem de algodão

Gotas de água da chuva, alegre arco-íris sobre a plantação

INFORMÁTICA

**1. IBADE - Analista Público de Gestão (IPVV)/Administrativo/2020 (e mais 5 concursos)**

O computador, assim como muitos dispositivos eletrônicos, é dividido em duas partes: o hardware e o software. Analise as seguintes afirmações:

- I. a memória é um hardware;
- II. o processador é um software;
- III. o sistema operacional é um hardware;
- IV. o disco rígido é um hardware;
- V. a impressora é um software.

Qual das alternativas abaixo representa somente a(s) característica(s) de hardware e software corretas?

- (A) somente I e IV.
- (B) somente II e V.
- (C) somente II e III.
- (D) somente III e V.
- (E) somente V.

**2. IBADE - Advogado (CM S Felipe do Oeste)/2020**

Os APP's utilizados em Smartphones ou Tablets são:

- (A) Interfaces.
- (B) Aplicativos.
- (C) Sistemas operacionais.
- (D) Dispositivos de armazenamento.
- (E) Navegadores.

**3. IBADE - Analista (Pref Vila Velha)/Ambiental/2020 (e mais 21 concursos)**

Ao realizar um backup o usuário é informado que o tamanho total dos arquivos é de 10 (dez) GIGABYTES. Analise as opções abaixo para o armazenamento deste arquivo de backup:

- I - um disquete de 750 kilobytes;
- II - um CD-ROM de 700 megabytes;
- III - um pendrive de 1 gigabyte;
- IV - um disco rígido externo de 1 terabyte;
- V - um cartão de memória de 512 megabytes.

Qual/quais das alternativa(s) abaixo contém/contêm somente o(s) dispositivo(s) com capacidade para armazenar integralmente o backup de 10 GIGABYTES?

- (A) I e V
- (B) II e III
- (C) I, II e III
- (D) III e V
- (E) IV

**4. IBADE - Técnico em Defesa Agropecuária e Florestal (IDAF AC)/2020**

Maria deseja comprar um computador novo para realizar seus trabalhos de faculdade, e pesquisou na internet a seguinte configuração: Computador Intel Core i7 1º Geração 12Gb Ram 120Gb SSD 2Gb Placa de Vídeo HDMI Dvd-Rw Wifi + Teclado Mouse Som. O Item SSD é referente à qual componente da configuração?

- (A) O disco de armazenamento
- (B) A Memória RAM
- (C) A Memória Cache
- (D) O Processador
- (E) A Placa de Vídeo

**5. IBADE - Assessor Legislativo (CM Vila Velha)/2021 (e mais 3 concursos)**

Os HD's externos são conectados aos computadores através da porta tipo:

- (A) SATA
- (B) HDMI
- (C) ATA
- (D) USB
- (E) SERIAL

**6. IBADE - Engenheiro (IDAF AC)/Agrônomo/2020 (e mais 2 concursos)**

USB é a sigla para Universal Serial Bus. Trata-se de uma tecnologia que surgiu para tornar mais simples e rápida a conexão de diversos tipos de dispositivos eletrônicos (câmeras digitais, pendrives, mouses, teclados, leitores de cartão, etc) ao computador. Evitando assim, o uso de um tipo específico de conexão para cada dispositivo. Em relação aos padrões existentes no mercado, quais serão as taxas de transmissão das versões 1.1 e 2.0, respectivamente?

- (A) 1,5Mbit/s a 12Mbit/s; 480Mbit/s
- (B) 1,5Mbit/s a 480Mbit/s; 5Gbit/s
- (C) 1,5Mbit/s a 12Mbit/s; 5Gbit/s
- (D) 480Mbit/s para ambas as versões
- (E) 480Mbit/s; 5Gbit/s

**7. IBADE - Agente Administrativo (Pref Linhares)/2020**

Interfaces dos tipos VGA , SVGA e HDMI são utilizadas pelo seguinte periférico:

- (A) Disco Rígido.
- (B) Monitor.
- (C) Scanner.
- (D) Mouse.
- (E) Impressora.

**8. IBADE - Professor (Pref Linhares)/Educação Básica I/2020 (e mais 7 concursos)**

Pen Drives são conectados aos computadores através de uma porta com a seguinte tecnologia:

- (A) ATA
- (B) SATA
- (C) VGA
- (D) USB
- (E) SVGA

**9. IBADE - Advogado (CM S Felipe do Oeste)/2020**

Dispositivos de armazenamento externo, do tipo Pen Drive, são conectados aos computadores através de portas com a seguinte tecnologia:

- (A) ATA.
- (B) SATA.
- (C) USB.
- (D) SCSI.
- (E) FIBRE CHANNEL.

**10. IBADE - Guarda Municipal (Cariacica)/2020**

Os Pen Drive's são memórias auxiliares muito úteis. Eles se conectam aos computadores através de uma porta:

- (A) SATA.
- (B) SCSI.
- (C) USB.
- (D) ATA.
- (E) HDMI.

**11. IBADE - Engenheiro (IDAF AC)/Agrônomo/2020 (e mais 2 concursos)**

Qual o nome da classe de programas que funciona como interpretador de comandos e linguagem de programação no Linux, que é a principal ligação entre o usuário, os programas e o Kernel?

- (A) Kernel
- (B) Hardware
- (C) Scrip
- (D) PID
- (E) Shell

**12. IBADE - Agente Administrativo (Pref Linhares)/2020**

O Windows 7 é um :

- (A) aplicativo.
- (B) software livre.
- (C) sistema operacional.
- (D) software utilitário.
- (E) web browser.

**13. IBADE - Agente Administrativo (Pref Linhares)/2020**

Dos softwares abaixo, aquele que é um Gerenciador de Banco de Dados (SGBD) chama-se:

- (A) SQL Server.
- (B) Windows Server.
- (C) Solaris.
- (D) Android.
- (E) LibreOffice.

**14. IBADE - Professor (Pref Linhares)/Educação Básica I/2020 (e mais 7 concursos)**

O sistema operacional que possui código aberto é:

- (A) Windows 7.
- (B) Windows Server.
- (C) Vmware.
- (D) Linux.
- (E) Z/OS

**15. IBADE - Professor (Pref Vila Velha)/Séries Iniciais/2020 (e mais 3 concursos)**

O conceito de software livre aplica-se a softwares gratuitos e de código aberto. Dentre os softwares abaixo, aquele que se encontra nessa categoria é:

- (A) IOS.
- (B) MS Windows.
- (C) HP-UX.
- (D) Z/OS.
- (E) LINUX.

**16. IBADE - Professor (Pref Vila Velha)/Artes/2020 (e mais 15 concursos)**

Smartphones e tablets têm à sua disposição uma grande quantidade de aplicativos para uso em educação. Esses aplicativos são chamados:

- (A) IOS.
- (B) Android.
- (C) APPS.
- (D) Linux.
- (E) Blogs.

**17. IBADE - Técnico (Pref Linhares)/Agrícola/2020 (e mais 2 concursos)**

Dos softwares abaixo aquele que NÃO é um sistema operacional é:

- (A) SOLARIS.
- (B) Windows Office.
- (C) IOS.
- (D) Windows Server.
- (E) Android.

## DIREITO CIVIL

1. (IBADE - 2016 - CÂMARA DE SANTA MARIA MADALENA - RJ - PROCURADOR JURÍDICO)

No ordenamento pátrio, a pessoa jurídica tem existência legal a partir da:

- (A) inscrição no cadastro nacional de pessoas jurídicas.
- (B) integralização do capital social
- (C) abertura do estabelecimento empresarial
- (D) assinatura do contrato social.
- (E) inscrição do ato constitutivo no registro competente.

2. (IBADE - 2016 - CÂMARA DE SANTA MARIA MADALENA - RJ - PROCURADOR JURÍDICO)

Rogério vendeu um imóvel a Joaquim com cláusula de retrovenda. Decorrido o prazo de dois anos e seis meses, Rogério falece e os seus herdeiros decidem recobrar o imóvel. Assinale a resposta correta, sobre o caso.

- (A) O comprador pode reter o imóvel até ser integralmente restituído pelo preço pago e reembolsado pelas despesas realizadas com autorização do proprietário e benfeitorias necessárias.
- (B) O comprador pode permanecer com a propriedade caso deposite judicialmente o dobro do valor do imóvel.
- (C) Os herdeiros de Rogério não podem reaver o bem, pois o prazo decadencial para exercício do retrato é de dois anos.
- (D) O direito de retrato não pode ser alienado pelos herdeiros.
- (E) Os herdeiros de Rogério não podem reaver o bem, pois o direito de retrato não se transfere por sucessão.

3. (IBADE - 2016 - CÂMARA DE SANTA MARIA MADALENA - RJ - PROCURADOR JURÍDICO)

Sobre o contrato de doação, é correto afirmar que a doação:

- (A) realizada pelo devedor insolvente antes do reconhecimento do seu estado de insolvência não pode ser invalidada por fraude contra credores.
- (B) remuneratória pode ser revogada por ingratidão do donatário.
- (C) universal é anulável.
- (D) inoficiosa é nula.
- (E) do cônjuge adúltero ao seu cúmplice é nula

4. (IBADE - 2016 - CÂMARA DE SANTA MARIA MADALENA - RJ - PROCURADOR JURÍDICO)

Com relação ao inadimplemento das obrigações, é correto afirmar que:

- (A) a cláusula penal compensatória é aquela instituída com o fito de preservar cláusula específica do contrato ou em virtude de mora do devedor.
- (B) as arras penitenciais traduzem um princípio de pagamento.
- (C) os juros moratórios traduzem uma indenização para o inadimplemento no cumprimento da obrigação de restituir pelo devedor.
- (D) o Supremo Tribunal Federal entende inconstitucional toda espécie de capitalização de juros.
- (E) de acordo com a Teoria da perda de uma chance é possível a obtenção de indenização por qualquer dano hipotético.

5. (IBADE - 2016 - CÂMARA DE SANTA MARIA MADALENA - RJ - PROCURADOR JURÍDICO)

Rodrigo, credor da quantia de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) de André, transfere R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) do seu crédito a Mário. Assinale a espécie de transmissão da obrigação retratada na hipótese.

- (A) Cessão de crédito
- (B) Cessão de contrato
- (C) Sub-rogação
- (D) Novação
- (E) Assunção de dívida

6. (IBADE - 2017 - PC-AC - DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL)  
Sobre o instituto da usucapião especial urbana, é correto afirmar que:

- (A) pode ser reconhecida extrajudicialmente, sendo a aquisição do respectivo imóvel registrada pelo oficial do registro de imóveis competente.
- (B) trata-se de modo de aquisição secundária da propriedade de bem imóvel.
- (C) necessita do consentimento do cônjuge para ser requerida, mesmo nos casos de separação de fato.
- (D) o prazo de cinco anos de posse ininterrupta pode começar a ser contado em período anterior à entrada em vigor da Constituição Federal de 1988.
- (E) exige justo título para ser reconhecida



7. (IBADE - 2017 - PC-AC - DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL)

Com relação ao negócio jurídico, é correto afirmar que:

- (A) os negócios jurídicos benéficos a apenas uma das partes se interpretam de forma ampla.
- (B) a validade da declaração de vontade dependerá sempre de forma especial.
- (C) o sentido literal da linguagem prevalece sobre a intenção embutida na declaração de vontade.
- (D) se a incapacidade do agente que o celebra for absoluta, o negócio jurídico é anulável.
- (E) se realizado por agente relativamente incapaz, ensejará nulidade relativa.

8. (IBADE - 2017 - PC-AC - DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL)

Segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- (A) A revogação de lei anterior por lei posterior só ocorre nos casos em que expressamente declarada.
- (B) A lei revogada é automaticamente restaurada se a lei revogadora tiver perdido a vigência.
- (C) O casamento de estrangeiros poderá celebrar-se perante autoridades diplomáticas ou consulares do país de apenas um dos nubentes.
- (D) Salvo disposição em contrário, uma lei começa a vigorar no Brasil sessenta dias depois de oficialmente publicada.
- (E) As regras sobre os direitos de família são determinadas pela lei do país em que a pessoa for domiciliada.

9. (IBADE - 2017 - PC-AC - DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL)

Sobre a responsabilidade civil extracontratual, é correto afirmar que:

- (A) o ato ilícito que dá ensejo à responsabilização civil não pode decorrer de omissão do agente.
- (B) depende da verificação dos seguintes elementos: ação ou omissão do agente, dano e nexos de causalidade.
- (C) o direito de exigir reparação civil não se transmite com a herança.
- (D) o dano experimentado pela vítima não pode ser de natureza moral.
- (E) a responsabilidade objetiva, para ser configurada, requer culpa do agente.

10. (IBADE - 2018 - CÂMARA DE PORTO VELHO - RO - ANALISTA JURÍDICO)

Segundo o Código Civil vigente, os Municípios são pessoas:

- (A) físicas
- (B) naturais
- (C) jurídicas de direito público interno.
- (D) jurídicas de direito público externo.
- (E) jurídicas de direito privado.

11. (IBADE - 2018 - CÂMARA DE PORTO VELHO - RO - ANALISTA JURÍDICO)

Com relação às normas sobre adimplemento e extinção das obrigações previstas no Código Civil vigente, é correto afirmar que:

- (A) somente o principal interessado na extinção da dívida pode pagá-la, usando, se outro devedor se opuser, dos meios conducentes à exclusão desse devedor.
- (B) o terceiro não interessado, que paga a dívida em seu próprio nome, tem direito a reembolsar-se do que pagar, mas não se sub-roga nos direitos do credor.
- (C) é desnecessário que o pagamento importe transmissão da propriedade para ter eficácia, quando feito por quem possa alienar o objeto em que ele consistiu.
- (D) a legislação não prevê uma regra para o lugar do pagamento, deixando as partes livres para negociar, devendo estas acionar a Justiça para determinação do lugar em caso de omissão no contrato quanto a esse aspecto.
- (E) só se aceita dar em pagamento coisas infungíveis, já que a boa-fé é presumida na relação obrigacional.

12. (IBADE - 2018 - CRMV - ES – ADVOGADO)

Com relação ao negócio jurídico, é correto afirmar que:

- (A) a incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- (B) a incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for divisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- (C) a incapacidade relativa de uma das partes pode ser suprida, acarretando em efeito ex nunc.
- (D) a incapacidade relativa de uma das partes não pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for divisível o objeto do direito ou da obrigação comum.
- (E) a incapacidade relativa de uma das partes pode ser invocada pela outra em benefício próprio, nem aproveita aos co-interessados capazes, salvo se, neste caso, for indivisível o objeto do direito ou da obrigação comum.

13. (IBADE - 2018 - CRMV - ES – ADVOGADO)

Em relação aos efeitos do negócio Jurídico, o erro substancial subsiste quando:

- I. interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração, ou a alguma das qualidades a ele essenciais;



## DIREITO PROCESSUAL CIVIL

1. (IBADE - 2016 - CÂMARA DE SANTA MARIA MADALENA - RJ - PROCURADOR JURÍDICO)

Prazos são intervalos de tempo estabelecidos para que, dentro deles, sejam praticados atos jurídicos. Sendo processual a natureza do ato, ter-se-á um prazo processual.

(Câmara, Alexandre Freitas, O Novo Processo Civil Brasileiro, São Paulo: Atlas, 2015, p. 137)

Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- (A) Prazos impróprios são aqueles cujo decurso não acarreta a perda da possibilidade de praticar o ato.
- (B) Os prazos fixados em meses não são contínuos, suspendendo-se nos dias em que não haja expediente forense.
- (C) Não havendo prazo legal e não tendo o juiz assinado o prazo, deverá ser o ato praticado em quinze dias.
- (D) Contam-se os prazos incluindo o dia do começo e excluindo o do vencimento.
- (E) O prazo judicial é fixado em lei

2. (IBADE - 2016 - CÂMARA DE SANTA MARIA MADALENA - RJ - PROCURADOR JURÍDICO)

No que respeita à liquidação de sentença, é correto afirmar que:

- (A) é julgada por meio de sentença.
- (B) quando é realizada por arbitramento, sempre será necessária a perícia.
- (C) o devedor não possui legitimidade para requerê-la.
- (D) é cabível para obrigações fungíveis.
- (E) o seu resultado nunca pode ser zero.

3. (IBADE - 2016 - CÂMARA DE SANTA MARIA MADALENA - RJ - PROCURADOR JURÍDICO)

Assinale, dentre as decisões abaixo elencadas, aquela que pode ser questionada por meio de agravo de instrumento, de acordo com as disposições expressas do Código de Processo Civil de 2015.

- (A) Admissão de intervenção de terceiros
- (B) Indeferimento de requerimento de distribuição por dependência
- (C) Declínio da competência
- (D) Concessão de gratuidade de justiça
- (E) Fixação de valor de honorários periciais

4. (IBADE - 2016 - CÂMARA DE SANTA MARIA MADALENA - RJ - PROCURADOR JURÍDICO)

Em processo que tramita sob o rito ordinário, Joana postula que o Município seja obrigado a arcar com um tratamento médico. As partes e o Ministério Público não pretendem a produção de outras provas. O Juízo determina, de ofício, a produção de prova pericial. Sobre o caso em questão, assinale a resposta correta.

- (A) A produção da prova pericial será gratuita.
- (B) As partes deverão ratear os custos da produção da prova pericial.
- (C) A parte ré deverá custear a produção da prova pericial.
- (D) O Ministério Público deverá custear a produção da prova pericial.
- (E) A parte autora deverá custear a produção da prova pericial.

5. (IBADE - 2016 - CÂMARA DE SANTA MARIA MADALENA - RJ - PROCURADOR JURÍDICO)

João, autor de demanda em face de Pedro, opõe embargos de declaração em face da sentença. Aduz que o Juízo não apreciou seu pedido de indenização por dano material, tão somente aquele concernente à compensação por dano moral. Em caso de acolhimento dos embargos, haverá, necessariamente, efeitos infringentes. Assinale a alternativa correta.

- (A) O Juízo receberá os embargos declaratórios e poderá dar vista ao embargado.
- (B) O Juízo receberá os embargos declaratórios e intimar o embargado para que, caso queira, manifeste-se no prazo de cinco dias.
- (C) O Juízo não poderá receber os embargos declaratórios com efeitos infringentes, pois este recurso não é previsto no Código de Processo Civil de 2015.
- (D) O Juízo não poderá receber os embargos declaratórios, pois este recurso não se presta a dar efeitos infringentes à sentença.
- (E) O Juízo receberá os embargos declaratórios e decidirá sem dar vista ao embargado.

6. (IBADE - 2018 - CÂMARA DE PORTO VELHO - RO - ANALISTA JURÍDICO)

De acordo com o Código de Processo Civil vigente, no que se refere aos Procuradores, pode-se dizer que:

(A) o advogado não será admitido a postular em juízo sem procuração, salvo para evitar preclusão, decadência ou prescrição, ou para praticar ato considerado urgente.

(B) a parte não postulará em causa própria, mesmo que possua habilitação legal para isto, necessitando, assim, de um advogado constituído.

(C) não se admite a procuração geral para o foro, devendo ser específicas todas as cláusulas para praticar atos nos processos.

(D) a parte será representada em juízo por advogado regularmente inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil ou inscrito em qualquer outro Conselho profissional reconhecido no Brasil para causas de advogados.

(E) uma procuração específica é sempre exigida para se analisar, em cartório de fórum, os autos de determinado processo judicial.

7. (IBADE - 2018 - CÂMARA DE PORTO VELHO - RO - ANALISTA JURÍDICO)

Quanto aos recursos no Código de Processo Civil vigente, é correto afirmar que:

(A) contra decisão obscura ou contraditória caberá recurso de agravo interno.

(B) de regra a apelação não terá efeito suspensivo

(C) contra despacho cabe recurso.

(D) são dispensados de preparo os recursos interpostos pelos Municípios.

(E) da sentença cabe agravo de instrumento.

8. (IBADE - 2018 - CÂMARA DE PORTO VELHO - RO - ANALISTA JURÍDICO)

Na execução de títulos extrajudiciais, há requisitos que são necessários para realizar qualquer execução. Dentre eles, destacam-se:

(A) existência do título executivo e exigibilidade da obrigação.

(B) possibilidade de prosseguir na execução mesmo se o devedor cumprir exatamente a obrigação estabelecida no título executivo, e ativismo processual.

(C) nota promissória e organização em hierarquia financeira.

(D) letra de câmbio e pessoa estrangeira.

(E) renúncia à busca de título executivo judicial, através de processo de conhecimento, e existência do título executivo.

9. (IBADE - 2018 - CRMV - ES – ADVOGADO)

Na Ação de Consignação em Pagamento:

I. O autor propõe a ação, deposita o valor, mas é julgada procedente.

II. O autor propõe a ação, deposita o valor, mas é julgada improcedente.

III. O autor propõe a ação, deposita o valor, mas é indeferida a Inicial.

É correto afirmar que o levantamento do depósito será feito, respectivamente, por:

(A) Autor: Autor: Autor.

(B) Réu Réu: Autor.

(C) Réu: Autor: Autor.

(D) Réu: Réu: Réu.

(E) Autor- Réu: Autor.

10. (IBADE - 2018 - IPM - JP - ANALISTA PREVIDENCIÁRIO – JURÍDICO)

Sobre o instituto da tutela provisória, está correto afirmar que:

(A) a tutela de evidência só pode ser concedida liminarmente nos casos de prova exclusivamente documental apresentada pelo autor, acompanhada de tese firmada em casos repetitivos ou súmula vinculante, ou quando se tratar de pedido reipersecutório, com prova documental do contrato de depósito.

(B) a concessão de tutela provisória em caráter incidental depende do pagamento das respectivas custas.

(C) na tutela de evidência, exige-se a comprovação do requisito do risco de dano grave, irreparável ou de difícil reparação.

(D) a tutela de urgência pode ser concedida mesmo nos casos em que houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.

(E) não é cabível em grau recursal.

11. (IBADE - 2018 - IPM - JP - ANALISTA PREVIDENCIÁRIO – JURÍDICO)

Sobre a petição inicial e seus requisitos, está correto afirmar que:

(A) será indeferida se o autor não se manifestar sobre a realização ou não de audiência de conciliação.

(B) sendo possível a citação do réu, a petição inicial não será indeferida caso ausente a informação sobre o endereço eletrônico do réu.

(C) o autor poderá emendar ou completar a petição inicial no prazo máximo de 10 (dez) dias.

(D) será desde logo indeferida caso os documentos essenciais não acompanhem a petição inicial.

(E) os fatos expostos como causa de pedir na petição inicial podem ser alterados a qualquer tempo.

## DIREITO CONSTITUCIONAL

**1. IBADE - Agente Administrativo (Pref Min Andreazza)/2020**

No Estado de Direito, as normas jurídicas cumprem a tarefa de concretizar a Constituição. Elas devem criar os fundamentos de justiça e de segurança que assegurem um desenvolvimento social harmônico em um contexto de paz e de liberdade. Esses complexos objetivos da norma jurídica são expressos nas funções de:

- *integração;*
- *planificação;*
- *proteção;*
- *regulação;*
- *inovação.*

*A função Planificação, representa que a lei:*

- (A) é o instrumento básico de organização, de definição e de distribuição de competências.
- (B) cumpre função de integração ao compensar as diferenças jurídico-políticas no quadro de formação da vontade do Estado (desigualdades sociais, regionais etc.).
- (C) cumpre função de proteção contra o arbítrio ao vincular os próprios órgãos do Estado.
- (D) cumpre função reguladora ao direcionar condutas por meio de modelos.
- (E) cumpre função de inovação na ordem jurídica e no plano social.

**2. IBADE - Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (Pref Vila Velha)/2020**

Sobre a Constituição de 1946, marque a opção que descreve medidas que não faziam parte de seu caráter:

- (A) extinção da pena de morte; separação dos três poderes; inviolabilidade do sigilo de correspondência.
- (B) proteção da propriedade privada e do latifúndio; a prisão só em flagrante delito ou por ordem escrita de autoridade competente e a garantia ampla de defesa do acusado; garantia de direito à greve e de livre associação sindical.
- (C) extinção da pena de morte; proteção da propriedade privada e do latifúndio; voto indireto.
- (D) criação da Justiça do Trabalho e o Tribunal Federal de Recursos; garantia de direito à greve e de livre associação sindical; mandato presidencial de cinco anos (quinquênio).
- (E) restabelecimento do cargo de Vice-Presidente da República; fim da censura; inviolabilidade do sigilo de correspondência.

**3. IBADE - Procurador (CM Vila Velha)/2021**

A Constituição do Estado Y prevê a iniciativa popular para deflagrar o processo de emenda à Constituição Estadual. A referida norma foi impugnada por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), argumentando-se suposta violação ao princípio da simetria. Com base na exposição anterior, pode-se afirmar que a norma:

- (A) é constitucional, levando-se em conta a manifestação da soberania popular e a ampliação da competência constante na Constituição Federal.
- (B) é inconstitucional, simplesmente por violar o princípio da simetria.
- (C) é inconstitucional por violar o pacto federativo.
- (D) não poderia ser objeto de ADI, devendo a demanda ser extinta sem a resolução do mérito.
- (E) não poderia ser objeto de ADI, devendo ser objeto de ADPF, admitindo-se a fungibilidade nesse caso.

**4. IBADE - Procurador (CM Vila Velha)/2021**

Acerca de determinado instituto do Direito Constitucional, o doutrinador Uadi Lammêgo Bulos afirma ser “[...] o processo informal de mudança da Constituição, por meio do qual são atribuídos novos sentidos, conteúdos até então não ressaltados à letra da Lex Legum, quer através da interpretação, em suas diversas modalidades e métodos, quer por intermédio da construção (construction), bem como dos usos e costumes constitucionais”

(BULOS, Uadi Lammêgo. Constituição Federal anotada. São Paulo: Saraiva, 2000. p. 23).

O instituto a que se refere o autor é:

- (A) Interpretação Sistemática.
- (B) Mutação Constitucional.
- (C) Interpreta o Histórica.
- (D) Emenda Constitucional.
- (E) Interpreta o Teleológica.

**5. IBADE - Analista Público de Gestão (Pref Vila Velha)/Direito/2020**

A jurisprudência vem reconhecendo direitos previdenciários a parceiros que vivem em união estável homoafetiva (entre pessoas do mesmo g nero). O princípio constitucional que fundamenta esse reconhecimento   o:

- (A) Princípio da Supremacia da Constitui o.
- (B) Princípio da interpreta o conforme a Constitui o.
- (C) Princípio da unidade da Constitui o.
- (D) Princípio da efetividade.
- (E) Princípio da razoabilidade e proporcionalidade.

**6. IBADE - Procurador (CM Vila Velha)/2021**

De acordo com a Constituição Federal, é objetivo fundamental da República Federativa do Brasil:

- (A) a independência nacional.
- (B) a autodeterminação dos povos.
- (C) a defesa da paz.
- (D) a garantia do desenvolvimento nacional.
- (E) a solução pacífica dos conflitos.

**7. IBADE - Agente Municipal de Defesa Civil (Pref Vila Velha)/2020 (e mais 7 concursos)**

O Estado Democrático tem como direitos e garantias fundamentais, dentre outros, a cidadania e a dignidade da pessoa humana, não deixando nunca de zelar o servidor público principalmente do que está no parágrafo único da CF de 1988, no seu artigo primeiro:

- (A) o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor;
- (B) a República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina;
- (C) todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.
- (D) promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.
- (E) a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade;

**8. IBADE - Técnico (Pref Linhares)/Agrícola/2020 (e mais 2 concursos)**

A República Federativa do Brasil é composta por três Poderes, independentes e harmônicos entre si, a saber:

- (A) Legislativo, Moderador e Judiciário.
- (B) Legislativo, Executivo e Judiciário.
- (C) Executivo, Moderador e Militar.
- (D) Executivo, Constituinte e Militar.
- (E) Unidirecional, Constituinte e Centrífugo.

**9. IBADE - Advogado (CM S Felipe do Oeste)/2020**

Nos termos da Constituição Federal de 1988, o Poder X, juntamente com o Executivo e o Judiciário, são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si. Sendo assim, X representa o Poder:

- (A) do Ministério Público.
- (B) de punir do Estado (*ius puniendi*).
- (C) Legislativo.
- (D) Recreativo.
- (E) do Prefeito.

**10. IBADE - Advogado (Pref S Luzia D'Oeste)/20 Horas/2020 (e mais 5 concursos)**

Preconiza o Art. 4º, da Constituição de 1988, que a República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais por princípios. Assinale a alternativa que corresponde a um desses princípios.

- (A) Repúdio ao terrorismo e ao racismo
- (B) Ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei
- (C) Ninguém será submetido à tortura nem à tratamento desumano ou degradante
- (D) É livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato
- (E) Construir uma sociedade livre, justa e solidária

**11. IBADE - Gestor Hospitalar (Pref S Luzia D'Oeste)/2020**

Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

- (A) garantir o desenvolvimento nacional.
- (B) igualdade entre os Estados.
- (C) autodeterminação dos povos.
- (D) defesa da paz.
- (E) repúdio ao terrorismo e ao racismo.

**12. IBADE - Agente Municipal de Defesa Civil (Pref Vila Velha)/2020**

Segundo a Constituição Federal, a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador. No entanto, o próprio texto constitucional elenca algumas exceções em que é possível adentrar a casa mesmo sem o consentimento do morador. Vejamos algumas delas:

- I - em caso de desastre;
- II - para prestar socorro;
- III - caso o morador seja pessoa muito perigosa, a critério da autoridade pública.

Considerando as exceções citadas acima, **APENAS**:

- (A) I está correta.
- (B) II está correta.
- (C) III está correta.
- (D) I e II estão corretas.
- (E) I, II e III estão corretas.

**13. IBADE - Analista (Pref Vila Velha)/Ambiental/2020 (e mais 21 concursos)**

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade... Qual das alternativas a seguir faz parte do artigo 5º, da Constituição Federal de 1988?

## EXEMPLO

**1. (IBADE - 2017 – TJ-RS )**

O servidor público que solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem, incorrerá na prática do crime de:

- (A) concussão.
- (B) peculato.
- (C) prevaricação.
- (D) corrupção ativa.
- (E) corrupção passiva.

**2.(IBADE - 2017 – TJ-RS )**

O agente público que exige para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, incorre na prática do delito de:

- (A )peculato.
- (B )concussão.
- (C) corrupção ativa.
- (D) corrupção passiva.
- (E) prevaricação.

**3.(IBADE - 2017 – TJ-RS )**

Dentre os crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral, previstos no Código Penal, assinale o que admite a forma culposa.

- (A) Facilitação de contrabando ou descaminho
- (B) Condescendência criminosa
- (C) Advocacia administrativa
- (D) Abandono de função
- (E) Peculato

**4.(IBADE - 2017 – TJ-RS )**

Com relação aos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, o ato de exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, constitui o tipo penal denominado:

- (A) concussão.
- (B) descaminho.
- (C) corrupção ativa.
- (D) tráfico de influência.
- (E) corrupção passiva.

**5.(IBADE - 2017 – TJ-RS )**

Com relação aos crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral, o ato de retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal, constitui o tipo penal denominado:

- (A) condescendência criminosa.
- (B) advocacia administrativa.
- (C) prevaricação.
- (D) desobediência.
- (E) exercício arbitrário das próprias razões.

**6.(IBADE - 2017 – TJ-RS )**

O funcionário público que patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração Pública, valendo-se desta sua qualidade, incorre na prática do crime de:

- (A) condescendência criminosa.
- (B) corrupção ativa.
- (C) advocacia administrativa.
- (D) corrupção passiva.
- (E) peculato.

**7.(IBADE - 2017 – TJ-RS )**

O chamado sistema penal garantista é marcado por 10 axiomas fundamentais. Assinale a alternativa que indica princípios pertinentes ao indigitado sistema.

- (A) Lesividade. intervenção mínima e eficiência.
- (B) Colegialidade. indelegabilidade e intervenção máxima.
- (C) Segurança jurídica, defesa social e ofensividade.
- (D) Legalidade. lesividade e economia do direito penal (necessidade).
- (E) Legalidade, fraternidade e obrigatoriedade.

**8.(IBADE - 2017 – TJ-RS )**

Sobre remição, leia as afirmativas. I. A possibilidade de remição de dias de pena por meio da leitura se trata de analogia in bonam partem da remição por estudo, expressamente prevista no art. 126 da Lei de Execuções Penais II. O fato de o estabelecimento penal assegurar acesso a atividades laborais e à educação formal, não impede que se obtenha também a remição pela leitura, que é atividade complementar, mas não subsidiária, podendo ocorrer concomitantemente, havendo compatibilidade de horários. III. A remição não ocorre na razão dos dias efetivamente trabalhados - e sim das horas laboradas sendo que a contagem de tempo deverá ser efetuada conforme o binômio 1 dia de pena/3 dias trabalhados. IV. Com efeito, muito embora a remição da pena pelo trabalho seja um direito do condenado, é necessário que sejam observados os parâmetros ditados pela norma, que são 24 horas trabalhadas, com a remição de 1 dia a cada 3 de trabalho. Está correto apenas o que se afirma em:

- (A) I e II.
- (B) I e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I e III.
- (E) II e III.



**9.(IBADE - 2017 – TJ-RS )**

De acordo com a doutrina, a pena tem tríplice finalidade, sendo elas retributiva, preventiva (geral e especial) e reeducativa. Quanto à aplicação e finalidades das penas, pode-se afirmar que a(o):

- (A) prevenção especial e o caráter retributivo atuam durante a imposição e execução da pena.
- (B) LEP não se aplica às hipóteses de sentença absolutória imprópria (execução das medidas de segurança).
- (C) caráter reeducativo da pena atua somente na fase de imposição.
- (D) prevenção especial (visa a sociedade) atua antes mesmo da prática de qualquer infração penal.
- (E) LEP sera aplicada nos casos de medidas socioeducativas (resposta estatal aos atos infracionais), regradas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente.

**10.(IBADE - 2017 – TJ-RS )**

No que tange às faltas disciplinares previstas na Lei de Execução Penal, assinale a assertiva correta.

- (A) Comete falta média o condenado a pena privativa de liberdade que fugir do estabelecimento prisional.
- (B) A legislação local especificara as faltas leves, médias e graves, bem como as respectivas sanções.
- (C) No Regime Disciplinar Diferenciado, o preso terá direito à saída da cela por 3 horas diárias para banho de sol.
- (D) Comete falta grave o condenado a pena restritiva de direitos que provocar acidente de trabalho.
- (E) Pune-se a tentativa com a sanção correspondente à falta consumada.

**11.(IBADE - 2017 – TJ-RS )**

Segundo o art.5º da Lei de Execução Penal, os condenados serão classificados, segundo os seus antecedentes e personalidade, para orientar a individualização da execução penal, tratando-se, destarte, do princípio da:

- (A) igualdade.
- (B) legalidade
- (C) jurisdicionalidade.
- (D) intransmissibilidade da pena.
- (E) individualização da pena.

**12.(IBADE - 2017 – TJ-RS )**

Sobre os estabelecimentos penais é correto afirmar:

- (A) Os presos condenados, primários e reincidentes, condenados por crimes com violência contra a pessoa ficarão juntos em uma mesma galeria, não podendo ser colocados juntamente com os condenados por crime hediondo.

(B) O mesmo conjunto arquitetônico não poderá abrigar estabelecimentos de destinação diversa mesmo que devidamente isolados.

(C) Os estabelecimentos penais destinados a mulheres serão dotados de berçário, onde as condenadas possam cuidar de seus filhos, inclusive amamentá-los, no máximo, até 6 (seis) meses de idade.

(D) Os presos provisórios ficarão separados considerando os seguintes critérios, acusados por crimes hediondos e equiparados, acusados por crimes com violência ou grave ameaça a pessoa e os demais acusados por outros crimes e contravenções penais.

(E) Não é necessário que os presos provisórios fiquem separados dos condenados nos casos de regime semiaberto.

**13.(IBADE - 2017 – TJ-RS )**

Sobre o crime de tortura, leia as afirmativas.

I. Configura crime de tortura constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental.

II. Configura crime de tortura submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.

III. Incorre na mesma pena do crime de tortura quem submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança, a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal.

IV. Aquele que se omite em face de uma conduta que configura tortura, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, incorre na pena do crime de tortura.

Está correto apenas o que se afirma em:

- (A) II e III.
- (B) III e IV.
- (C) I e II.
- (D) II e IV .
- (E) I e III.

**14.(IBADE - 2017 – TJ-RS )**

Considerando a Lei de Execução Penal, assinale a alternativa correta.

(A) A casa do albergado destina-se ao cumprimento de pena privativa de liberdade, em regime semiaberto e aberto, bem como da pena de limitação de fim de semana.

(B) A cadeia pública destina-se ao recolhimento de presos provisórios.

(C) A penitenciária deslina-se ao condenado à pena de reclusão, em regime fechado e semiaberto.

## EXEMPLO

**1. (IBADE - 2017 – TJ-RS )**

O inquérito policial, procedimento administrativo preliminar conduzido pelo Delegado de Polícia, possui as seguintes características:

- (A) indispensabilidade, oficialidade e sigiloso.
- (B) oficiosidade, disponibilidade e inquisitivo.
- (C) discricionariedade, oficialidade e publicidade.
- (D) dispensabilidade, indiscricionariedade e escrito.
- (E) autoritariedade, inquisitivo e indisponibilidade.

**2. (IBADE - 2017 – TJ-RS )**

No que tange ao instituto da prisão em flagrante, nos moldes do Código de Processo Penal, pode-se afirmar que:

- (A) em até 24 (vinte e quatro) horas após a realização da prisão, será encaminhado ao juiz competente o auto de prisão em flagrante e, caso o autuado não informe o nome de seu advogado, cópia integral para a Defensoria Pública.
- (B) qualquer do povo deverá, bem como as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.
- (C) a falta de testemunhas da infração impedirá o auto de prisão em flagrante.
- (D) nas infrações temporárias, entende-se o agente em flagrante delito enquanto não cessar a permanência.
- (E) a prisão de qualquer pessoa o local onde se encontra serão comunicados em até 24 (vinte e quatro) horas ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.

**3. (IBADE - 2017 – TJ-RS )**

A fórmula objeto de Dürig e a teoria dos cinco componentes fornecem relevantes contribuições para a concordância prática do princípio da dignidade humana. Esta representa importante referencial axiológico para o processo penal brasileiro, destacadamente em relação ao tema das provas no processo penal. À luz de tais premissas, é correto afirmar que:

- (A) a partir do princípio da verdade real e possível a utilização de técnicas de hipnose para a tomada de depoimentos em juízo.
- (B) a dignidade humana, a partir da raiz Kantiana, proscree qualquer atividade processual que represente a coisificação do acusado.
- (C) a extração coercitiva de sangue para comparação de DNA não viola a dignidade humana, tampouco o Nemo tenetur se detegere (direito de não produzir prova contra si mesmo), diante da necessidade de se buscar a verdade real.

(D) a prisão preventiva pode ser decretada o fim de se obter, a partir dela, a delação premiada.

(E) a condenação à pena privativa de liberdade impõe também algumas restrições à dignidade humana, não podendo ser invocada para a proteção dos reclusos.

**4. (IBADE - 2017 – TJ-RS )**

Sobre o tema prisão cautelar, o art. 387 do CPP dispõe: O juiz, ao proferir sentença condenatória: § 1º. O juiz decidirá, fundamentadamente, sobre a manutenção ou, se for o caso, a imposição de prisão preventiva ou de outra medida cautelar, sem prejuízo do conhecimento de apelação que vier a ser interposta. § 2º. O tempo de prisão provisória, de prisão administrativa ou de internação, no Brasil ou no estrangeiro, será computado para fins de determinação do regime inicial de pena privativa de liberdade. Tal comando é chamado por parte da doutrina de progressão cautelar do regime. A partir de tais premissas, assinale a alternativa correta.

- (A) O tempo de prisão será considerado pelo juiz da fase de conhecimento para a fixação de regime quando corresponder a 1/6 da pena aplicada, ou outra fração legalmente exigida para a progressão de regime, sendo, indiferente o tempo de cumprimento que não corresponda ao requisito objetivo para a progressão de regime, caso em que o tempo de prisão preventiva será aferido pelo juiz da execução.
- (B) Não cabe habeas corpus para impugnar a decisão do juiz que desconsidera, ao prolatar a sentença, o fato do réu, condenado por roubo, estar preso preventivamente há mais de um 1/6 da pena aplicada, mesmo implicando tal fato na manutenção do réu em regime mais gravoso.
- (C) O tempo de prisão será considerado pelo juiz da fase de conhecimento para a fixação de regime mesmo quando não corresponder a 1/6 da pena aplicada, ou outra fração legalmente exigida para a progressão de regime.
- (D) O Juiz da fase de conhecimento tem a faculdade de considerar o tempo de prisão na fixação do regime, não se trata de obrigação do magistrado.
- (E) Apesar da presunção de inocência, o juiz da fase de conhecimento só pode considerar o tempo de prisão preventiva para a fixação do regime, se o acusado provar o preenchimento dos requisitos subjetivos exigidos para a progressão de regime.

**5. (IBADE - 2017 – TJ-RS )**

Dar-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, salvo nos casos de punição disciplinar. A coação considerar-se-á ilegal:



(A) quando não houver justa causa, salvo em se tratando de acusado de crime hediondo.

(B) quando quem ordenar a coação não tiver competência para fazê-lo, salvo em relação a agente público com foro por prerrogativa de função.

(C) nos casos de condução coercitiva, salvo se determinada por Juiz Federal no mínimo de primeira instância.

(D) quando o processo for manifestamente nulo: com exceção aos processos nos quais se apura crime de tráfico e hediondos.

(E) quando extinta a punibilidade.

#### 6. (IBADE - 2017 – TJ-RS )

Sobre as provas ilícitas é correto afirmar:

(A) são inadmissíveis, e uma vez declaradas nulas, não precisam ser desentranhadas do processo.

(B) as provas ilícitas podem ser admitidas quando o agente atuou com boa fé, caso em que se dá a purga da ilicitude.

(C) as provas ilícitas são aquelas que violam normas de direito processual, não são inadmissíveis as provas ilegítimas que violam normas de direito material.

(D) são ilícitas as provas obtidas com violação a normas constitucionais ou legais, bem como aquelas que derivem das ilícitas.

(E) as partes não poderão acompanhar o incidente no qual a prova ilícita é inutilizada.

#### 7. (IBADE - 2017 – TJ-RS )

O flagrante impróprio ou quase flagrante, nos termos do Código de Processo Penal, ocorre quando o indivíduo:

(A) é encontrado, até seis horas após, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

(B) é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.

(C) é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

(D) está cometendo a infração penal.

(E) acaba de cometer a infração penal.

#### 8. (IBADE - 2017 – TJ-RS )

O flagrante impróprio ou quase flagrante, nos termos do Código de Processo Penal, ocorre quando o indivíduo:

(A) é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.

(B) é encontrado, até seis horas após, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir

ser ele autor da infração.

(C) acaba de cometer a infração penal.

(D) é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

(E) está cometendo a infração penal.

#### 9. (IBADE - 2017 – TJ-RS )

Visando preservar a integridade física e psicológica da mulher vítima de violência doméstica, o juiz pode assegurar, em consonância com a Lei Maria da Penha, Lei nº 11.340/2006, a manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento da vítima de seu local de trabalho, por até:

(A) 3 meses.

(B) 30 dias.

(C) 45 dias.

(D) 1 ano.

(E) 6 meses.

#### 10. (IBADE - 2017 – TJ-RS )

As medidas protetivas de urgência à mulher vítima de violência doméstica, de acordo com a Lei Maria da Penha, poderão ser concedidas:

(A) de imediato.

(B) só com a manifestação do Ministério Público

(C) após autorizado pelo Ministério Público.

(D) em 48 horas.

(E) dependendo da audiência das partes.

#### 11. (IBADE - 2017 – TJ-RS )

O flagrante impróprio ou quase flagrante, nos termos do Código de Processo Penal, ocorre quando o indivíduo:

(A) acaba de cometer a infração penal.

(B) está cometendo a infração penal.

(C) é encontrado, logo depois, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

(D) é encontrado, até seis horas após, com instrumentos, armas, objetos ou papéis que façam presumir ser ele autor da infração.

(E) é perseguido, logo após, pela autoridade, pelo ofendido ou por qualquer pessoa, em situação que faça presumir ser autor da infração.

#### 12. (IBADE - 2017 – TJ-RS )

Sobre o tema inquérito policial, muito se discutiu doutrinariamente quanto a legalidade de investigação direta pelo Ministério Público. O Supremo Tribunal Federal entendeu pela possibilidade da investigação direta, porém traçou limites. Sobre o tema, leia as assertivas a seguir.

Não cabe habeas corpus em razão de investigação instaurada no âmbito do Ministério Público, ainda que esta não esteja em harmonia com os parâmetros fixados pelo STF, vez que se trata de atividade meramente

## DIREITO ADMINISTRATIVO

**1. IBADE - Procurador (CM Vila Velha)/2021**

De acordo com os critérios utilizados, o conceito de Direito Administrativo pode se modificar e, malgrado, não é equivocado dizer que existam vários conceitos de Direito Administrativo a depender do critério utilizado, seja de modo isolado (unitário, unidimensional ou simples) ou conjugado com outro critério (pluridimensional ou composto). Com base nisso, a alternativa que apresenta a relação entre um critério conceitual administrativista e sua definição é a seguinte:

- (A) O critério da Administração Pública entende que o conceito de Direito Administrativo tem por objeto disciplinar o serviço público.
- (B) O critério Legalista compreende o conceito de Direito Administrativo como o conjunto de normas e princípios que regem a Administração Pública.
- (C) O critério do Poder Executivo define que o conceito de Direito Administrativo seja o conjunto de normas que regem as relações jurídicas entre a Administração Pública Federal e os administrados.
- (D) O critério Teleológico preceitua que o conceito de Direito Administrativo seja o conjunto de normas que disciplinam a atuação concreta do Estado para a consecução dos fins públicos.
- (E) O critério Residual apresenta o conceito de Direito Administrativo como o conjunto dos princípios que regulam a atividade jurídica não contenciosa do Estado e a constituição dos órgãos e meios de sua ação em geral.

**2. IBADE - Analista Público de Gestão (Pref Vila Velha)/Direito/2020**

Pode-se dizer sobre o conceito de Direito Administrativo que é ramo do Direito:

- (A) Público que estuda as normas e princípios que disciplinam o exercício da função administrativa.
- (B) Público que estuda as normas e princípios que regem as relações entre os cidadãos
- (C) Privado que estuda as normas e princípios que disciplinam o exercício da função administrativa.
- (D) Público que analisa as regras e os princípios que disciplinam o exercício do processo civil.
- (E) Privado que estuda as normas e princípios que regem as relações entre os cidadãos.

**3. IBADE - Assistente Público Administrativo (IPVV)/2020**

Dentre as três funções básicas do Estado, uma tem por suas três missões básicas: intervenção, fomento e serviço público. Trata-se da função em qual das alternativas a seguir?

- (A) Legislativa
- (B) Executiva
- (C) Administrativa
- (D) Burocrática
- (E) Organizacional

**4. IBADE - Assessor Legislativo (CM Vila Velha)/2021**

A Administração Pública regula o desempenho de suas atividades mediante um regime especial de prerrogativas e sujeições. O princípio da supremacia do interesse público sobre o particular rege as prerrogativas; enquanto as sujeições são regidas pelo princípio da indisponibilidade do interesse público. A alternativa que indica uma prerrogativa e uma sujeição, respectivamente é:

- (A) dilação de prazos processuais e igualdade dos usuários diante dos serviços públicos.
- (B) presunção de veracidade dos atos administrativos e poder de expropriação.
- (C) execução de dívidas pelo regime de precatórios e imunidade tributária.
- (D) concurso público e processo licitatório para serviços, obras e fornecimentos.
- (E) vinculação ao fim de interesse público e poder de polícia.

**5. IBADE - Agente Municipal de Defesa Civil (Pref Vila Velha)/2020**

Os atos da Administração devem merecer a mais ampla divulgação possível entre os administrados. Para isso, tais atos são divulgados em órgãos de imprensa, afixados em determinado local das repartições administrativas, ou, ainda, mais modernamente, expostos em site da Internet. Estamos falando do princípio administrativo expresso do(a):

- (A) eficiência.
- (B) publicidade.
- (C) mobilidade.
- (D) coercitibilidade.
- (E) segurança processual.

**6. IBADE - Analista Público de Gestão (IPVV)/Administrativo/2020**

Indique a alternativa abaixo na qual NÃO se pode depreender um desrespeito expresso aos Princípios da Administração Pública.

(A) Um técnico na administração pública recebe uma mensagem de um amigo via rede social, que lhe pede para que apresse o andamento de um processo que aguarda um determinado trâmite burocrático. Há diversas pessoas aguardando este mesmo andamento em seus processos, mas o funcionário em questão opta por apressar a resolução daquele processo indicado por seu amigo

(B) Um deputado federal nomeia para trabalhar em seu gabinete o seu cunhado, que já foi chefe de gabinete de um outro deputado. Sua qualificação profissional e sua competência são reconhecidas amplamente pelos membros do Congresso

(C) Um gestor da administração pública, depois de fazer um levantamento, decide que é melhor despedir um dos estagiários do setor. Apesar da capacidade de trabalho da estagiária ser excelente e dela ser visto como essencial em sua equipe, o gestor acredita que é fundamental reduzir todos os gastos públicos, mesmo que ao custo da produtividade de seu setor e à qualidade do serviço prestado à população

(D) Uma secretária em um órgão público propõe ao seu superior o uso de um sistema computacional desenvolvido por um conhecido seu. O sistema é vastamente superior ao que vem sendo usado no setor para a execução de suas tarefas. “Para facilitar a aquisição”, ela diz, “basta que se faça uma licitação com especificidades que só aquele produto possui”

(E) Em nome da transparência, um jornalista de uma rede privada de notícias solicita dados relativos a um processo judicial em trânsito a um escrevente. O escrevente se recusa a dar estes dados, mencionando o segredo de justiça, e o jornalista lhe acusa de estar descumprindo com a Lei de Acesso à Informação

#### 7. IBADE - Assistente Público Administrativo (IPVV)/2020

Os princípios fundamentais da Administração Pública são cinco, e podem formar com suas iniciais a palavra ‘LIMPE’. São eles:

(A) licitude, impessoalidade, mobilidade, politização e estatização.

(B) legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

(C) limpeza, independência, multiplicidade, polivalência e estabilidade.

(D) liberdade, improbidade, magistratura, processo e eficácia.

(E) leveza, imparcialidade, magnitude, primazia e empoderamento.

#### 8. IBADE - Agente Administrativo (Pref Linhares)/2020

O princípio administrativo constitucional expresso, que dispõe que toda e qualquer atividade administrativa deve ser autorizada por lei (não o sendo, a atividade é ilícita) é o princípio da:

(A) legalidade.

(B) irreverência.

(C) mediunidade.

(D) procrastinação.

(E) eficiência.

#### 9. IBADE - Agente Administrativo (Pref Linhares)/2020

O princípio administrativo da eficiência foi introduzido na Constituição Federal pela Emenda Constitucional nº 19/98. Ele se relaciona com as normas da boa administração no sentido de que a Administração Pública, em todos os seus setores, deve concretizar suas atividades com vistas a extrair o maior número possível de efeitos positivos ao administrado, sopesando a relação custo-benefício. Nesse sentido, é **correto** afirmar que por este princípio busca-se:

(A) a eficiência dos contratos administrativos, devendo ser sempre dispensada a licitação, um verdadeiro entrave para a Administração.

(B) garantir o Estado mínimo, deixando a mão livre do mercado nortear o serviço público e a economia.

(C) obter a maior quantidade de recursos para o Estado, não importando a maneira como ele irá utilizá-los.

(D) a excelência de recursos, dotando de maior eficácia possível as ações do Estado.

(E) o maior aporte de recursos para o mercado exterior.

#### 10. IBADE - Professor (Pref Linhares)/Educação Básica I/2020 (e mais 7 concursos)

“O princípio X impõe que o administrador público não dispense os preceitos éticos que devem estar presentes em sua conduta, devendo não apenas averiguar os critérios de conveniência, oportunidade e justiça em suas ações, mas também distinguir o que é honesto do que é desonesto”.

Considerando o trecho acima, é correto afirmar que X representa o princípio administrativo constitucional expresso da:

(A) letalidade.

(B) irrelevância.

(C) moralidade.

(D) publicidade.

(E) segurança jurídica.